



Relato Policial

## **RESPONSABILIDADE DA POLÍCIA NACIONAL NA SEGURANÇA URBANA E RURAL, FRENTE AO CONFLITO E PÓS-CONFLITO COLOMBIANO**

**Major Julio Cesar Sánchez Molina\***

### **INTRODUÇÃO**

O conflito endêmico que aflige o Estado Colombiano há cinco décadas chegou a um momento de transição na busca da paz, sob três cenários diferentes. O primeiro deles, e o mais relevante, é a desmobilização dos paramilitares; o segundo, a negociação com o ELN; e o terceiro, a manutenção da ofensiva para neutralizar as Farc, o que coloca a nosso país em uma dupla situação, pois, se por um lado o conflito continua, de outro o pós-conflito bate às nossas portas.

Diante dessa situação, a Polícia Nacional da Colômbia assumiu grandes responsabilidades para o sucesso dos programas de governo destinados a exaurir o conflito interno. Entretanto, o fez sem esquecer seu papel e sua missão constitucional e legal: **a segurança cidadã**. E para assumi-la com eficiência e responsabilidade nas áreas urbanas e rurais do território nacional, é necessário que sejam realizados planejamentos e projeções baseados em políticas, planos e estratégias. Esses, por sua vez, devem ser derivados de permanente análise do ambiente e da realidade nacional, que permita encarar, de maneira sólida, profissional e coordenada com as autoridades administrativas, esses cenários que estão marcando e marcarão os destinos da nação colombiana.

Nesse sentido, hoje podemos afirmar que a Colômbia tem um Corpo de Polícia consciente de sua importância no desenvolvimento integral da nação como gerador de mudanças e transformador de ambientes. Uma polícia que adota, dentro de sua dinâmica, o conceito de não ser apenas a instituição encarregada da garantia da segurança e da convivência cidadã, procurando, além disso, contribuir eficazmente na melhoria das condições sociais e econômicas de todos os colombianos.

O objetivo do presente documento é informar parte da atividade

---

\* Oficial da Polícia Nacional de Colômbia, assessor do Escritório de Gestão Institucional da Direção Geral da Polícia Nacional

de planejamento realizada para definir as prioridades, imperativos e principais estratégias que desenvolverá a Polícia Nacional no próximo quadriênio. Tem como seu ponto de partida a situação atual, derivada dos avanços e efeitos positivos da Política de Segurança Democrática e da projeção governamental na busca do “país em paz”, formulado no documento “Visão Colômbia 2019”.

Nessa perspectiva, na primeira parte será realizada uma apresentação das características do conflito. Abordar-se-á, a seguir, o cenário do pós-conflito e sua importância para a instituição. Posteriormente, serão indicadas as frentes de atenção institucional. O trabalho será finalizado com as projeções e linhas de ação a serem desenvolvidos durante o próximo quadriênio, por parte da Polícia Nacional da Colômbia.

## **I. O CONFLITO COLOMBIANO: EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

O principal desafio para fortalecer a democracia e as instituições, alcançando a segurança de todos os habitantes da Colômbia, é a superação da violência fratricida das últimas décadas, gerada, na maior parte, pelos grupos armados ilegais, sejam as FARC, o ELN ou as autodefesas ilegais.

### **I.1 FARC – ELN**

A partir da década de 80 do século passado, as denominadas guerrilhas (Farc-ELN) passaram de possuidoras de bases ideológicas de linha pró-soviética ou maoísta, influenciadas pela incidência da Guerra Fria, a grupos narco-terroristas que buscam manter seu aparelho armado, para conservar os ganhos extraordinários provenientes do narcotráfico, do seqüestro, da extorsão e do saque, outorgando-lhes um orçamento superior ao de vários países do continente.

Durante a última década, esses grupos orientaram suas táticas criminais para a prática de homicídios seletivos, massacres, seqüestros, deslocamentos forçados, ataques indiscriminados com explosivos contra a população civil, bloqueio de alimentos, impedimento do livre trânsito,

assassinato de autoridades democraticamente eleitas, extorsão, saque, recrutamento forçado e atos contra a população indígena e afro-colombiana, para manter o negócio do narcotráfico.

No entanto, a nova realidade política pós-Guerra Fria debilitou os projetos insurgentes e, ao desembocar em práticas terroristas generalizadas, anularam qualquer discurso ou plataforma política real e voltada aos interesses da população que diziam defender. A posição da comunidade internacional a partir do 11 de setembro de 2001, frente à ameaça derivada do terrorismo, isolou os grupos guerrilheiros colombianos, transformados e catalogados em organizações terroristas, como com efeito o são<sup>1</sup>.

Essa realidade indiscutível tornou possível o desenvolvimento da política de Defesa e Segurança Democrática, que no último quadriênio se traduziu em resultados importantes, como a redução dos homicídios a níveis que o país não possuía há 20 anos. Os massacres, o deslocamento forçado, o seqüestro e os efeitos sobre a população se reduziram consideravelmente, a maioria deles acima de 50%, no ultimo quadriênio. As autoridades se restabeleceram em seus lugares de trabalho, a economia foi reativada pela segurança e pela confiança que se instaurou no país. Sete mil pessoas abandonaram esses grupos, voluntária e individualmente, e aderiram aos programas de reinclusão do Governo. Mais de 80% deles apresentaram-se voluntariamente à polícia.

Essa situação debilitou a estrutura e as capacidades das Farc e do ELN. Hoje não existem grupos subversivos consolidados com influência regional e domínio territorial, já que se fortaleceu a Força Pública e a Polícia Nacional está presente e presta seu serviço permanente em todos os municípios do país, contando com o apoio que a maioria do povo colombiano apresenta às políticas públicas e aos planos do governo.

## **I.1 AUTODEFESAS ILEGAIS**

Da mesma forma, o fenômeno do paramilitarismo irrompe no cenário do conflito como um terceiro elemento em discórdia. Surgiu no ano de 1980, quando o Governo Nacional revogou a Lei nº 48 de 1968, definindo, sob um quadro de pressão internacional, a ilegalidade desses grupos. A partir deste momento, até 1991, funcionaram como ala militar

do narcotráfico, de onde obtiveram sua principal fonte de renda. Em 1990, e depois da queda de Pablo Escobar Gaviria, inicia-se um processo de reorientação ideológica, com a criação das Autodefesas Camponesas de Córdoba e Urabá, dirigidas por Fidel Castaño Gil e Carlos Castaño Gil. Ampliaram sua ação delituosa a muitas áreas do território nacional, graças aos recursos do narcotráfico, do furto de combustível, do tráfico de armas, da extorsão e da contribuição de pecuaristas e fazendeiros que estavam desprotegidos.

Afortunadamente para o povo colombiano, durante o ano de 2003, as AUC<sup>2</sup> assinaram o Acordo de Santa fé de Ralito, por meio do qual se comprometeram a desmobilizar-se gradualmente, até desaparecer na atualidade como grupo armado, mediante a desmontagem de 34 estruturas, a incorporação à vida civil de 32.986 homens e mulheres, a entrega de 12.193 armas longas, 2.733 armas curtas, 1.151 armas de apoio, 9.105 granadas e 2.070.395 munições, entrando, dessa forma, em um período de pós-conflito.

## **2. O PÓS-CONFLITO: UM CENÁRIO EM DESENVOLVIMENTO**

A desmobilização individual e coletiva dos grupos de autodefesa e demais grupos armados ilegais, que superaram os 40 mil homens durante os últimos anos, colocou a instituição e o país em uma situação de pós-conflito que afeta a realidade atual e o futuro, a curto e médio prazo. Por esse motivo, a compreensão das características e dos fenômenos apresentados em outros países, como a Guatemala, a Nicarágua e El Salvador, são necessários para a definição das políticas, planos e estratégias que permitam resistir aos seguintes aspectos que caracterizam esse cenário, especialmente na sua fase inicial:

### **2.1 Uma elevada agitação social**

Por definição, a superação de um conflito armado deve dar atenção a problemas e necessidades urgentes dos setores mais carentes da população, que são, ao mesmo tempo, os mais afetados pelo conflito. Na medida em que as respostas do governo não satisfaçam essas demandas sociais, é muito alta a probabilidade que se multipliquem as mobilizações e os protestos.

## **2.2 Modificação do quadro delituoso e contravencional**

Muitos ex-combatentes, não obstante os benefícios que recebem para sua reinclusão à vida civil, incorrem em condutas puníveis de caráter nacional ou transnacional, para manter o status ou a forma de vida que levavam como integrantes do grupo armado.

## **2.3 O impacto da desconfiança e o sentimento de ódio acumulado.**

É gerada na comunidade uma alta desconfiança e um sentimento de ódio, e inclusive desejos de vingança, entre os afetados diretamente pela ação dos grupos armados e terroristas, quando é identificada a figura do ex-combatente a quem se atribui a autoria de um atentado ou de um delito anterior no contexto do conflito.

Frente a essas características de um cenário de pós-conflito, representa um verdadeiro desafio, para a reconstrução e a reconciliação, que seja possível resolver os problemas subjacentes, limitar a desconfiança e desmontar o ódio e o sentimento de vingança. É um empreendimento de pedagogia e de atenção oportuna à comunidade, onde a Polícia Nacional tem uma função importante. Mas a polícia não é a única instituição chamada a trabalhar nesse sentido, pois se requer o esforço coletivo de toda a sociedade colombiana, liderada pelas autoridades, nos diferentes níveis da administração.

No que diz respeito à Instituição Policial, é claro que as redes de colaboradores, as Escolas de Segurança Cidadã, as Frentes de Segurança Local e todo o campo de ação do modelo de Polícia Comunitária, constituem-se em avanços importantes para o pós-conflito, na medida em que estão sendo alicerçadas as bases para a reconciliação e a construção do novo país, a partir da cooperação, da tolerância e da solução de problemas cotidianos que, de outra maneira, poderiam ser geradores de violência.

## **3. FRENTES DE RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL<sup>3</sup>**

Para lidar com a questão da violência e dos diferentes problemas de índole criminal e contravencional nas últimas décadas, a Polícia Nacional evoluiu de maneira eficiente através de suas direções especializadas,

que lhe permitiram assumir seu papel contra as organizações narco-terroristas, sem abandonar, descuidar ou desprezar o serviço básico policial, razão pela qual a instituição deve atender a três grandes frentes de responsabilidade:

### **3.1 A segurança cidadã**

Esse é o serviço básico, ou essencial, que atende no que se refere à vigilância, prevenção, ação contra o delito comum e ao trabalho comunitário, que caracteriza qualquer corpo de polícia, independentemente do país em que atue, para garantir um clima de convivência aceitável, a vigência das normas, o desfrute dos direitos e o cumprimento dos deveres por parte dos cidadãos.

### **3.2 O conflito**

Junto com as Forças Militares, a polícia atua nos planos e na política governamental para neutralizar as organizações terroristas (entendendo que aqueles que a promovem têm uma ativa participação em atividades delituosas próprias do crime organizado, como o narcotráfico e o tráfico de armas, entre outros). Esse campo de ação é prioritário no desenvolvimento da Política de Segurança Democrática.

### **3.3 O crime transnacional**

Essa é uma situação própria da última década, produto da evolução do delito e da globalização, em que crime organizado, principalmente associado ao narcotráfico e ao tráfico de armas, estruturou verdadeiras multinacionais do crime, que se constituem em um desafio para os corpos de polícia e organismos de pesquisa criminal.

Esses três âmbitos de responsabilidade materializam-se em uma diversidade de serviços e atuações, tornando complexa a função policial e a capacitação dos funcionários, pois devem atuar, ao mesmo tempo, no serviço básico da prevenção e em tarefas de choque, a cargo de grupos elite, da mesma forma que em procedimentos em nível nacional e internacional, frente às organizações delituosas que transcendem as

fronteiras do país.

## 4. PROJEÇÕES E LINHAS DE AÇÃO A SEREM DESENVOLVIDOS DURANTE O PRÓXIMO QUADRIÊNIO

### 4.1 VISÃO COLÔMBIA 2019

O Departamento Nacional de Planejamento, em cumprimento às políticas de governo, desenvolveu um trabalho prospectivo de planejamento, denominado Visão Colômbia II Centenário: 2019, cujo objetivo é servir como ponto de partida para pensar o país que todos os colombianos desejam ter para o momento da comemoração do segundo centenário de vida política independente, a ser celebrado no dia 7 de agosto de 2019.

Nesse documento apresenta-se uma completa radiografia sobre aspectos do passado, sobre perspectivas futuras e sobre o que deve ser realizado para obter os melhores resultados no período compreendido entre os anos de 2005 e 2019, no qual se projeta um país sustentado nos princípios de liberdade, tolerância, fraternidade, inclusão e igualdade de oportunidades.

#### 4.1.1 Os objetivos

Os quatro grandes objetivos da Colômbia até o ano 2019 devem ser:

Primeiro: uma economia eficiente, que garanta um maior bem-estar social;

Segundo: ter uma sociedade mais igualitária e solidária;

Terceiro: contar com um Estado eficiente, a serviço dos cidadãos;

Quarto: ser uma sociedade de cidadãos livres e responsáveis.

#### 4.1.2 Um país em paz

Para o desenvolvimento do quarto grande objetivo, que é o de ser uma sociedade de cidadãos livres e responsáveis, há quatro estratégias: **ter um país em paz**, uma sociedade melhor informada, uma democracia consolidada e uma justiça eficiente.

Com a finalidade de ter um país em paz, devem ser alcançados avanços substanciais nos seguintes aspectos, relacionados com a Polícia Nacional: ampliar a cobertura do efetivo da força policial, superar os problemas de direitos humanos e eliminar as atividades relacionadas com o narcotráfico.

#### **4.2 PRIORIDADES E LINHAS DE AÇÃO A SEREM DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NACIONAL PARA O QUADRIÊNIO 4**

A partir da prospectiva governamental para 2019, das necessidades do pós-conflito e da atenção permanente dos objetivos da polícia a longo prazo, projetou-se um aumento adicional do efetivo em 20 mil homens para o próximo quadriênio, o que permitirá o fortalecimento da vigilância urbana e rural, bem como o aumento das unidades dedicadas à inteligência e à investigação criminal nacional e internacional.

##### **4.2.1 NO ÂMBITO URBANO**

Frente à responsabilidade da instituição nas áreas urbanas do território nacional, foram desenvolvidas, e se encontram em construção, várias estratégias, modelos e melhores práticas sobre políticas públicas de convivência e segurança cidadã. Destinam-se à prevenção, observação e controle de comportamentos geradores de violência e delinquência, como consequência do pós-conflito e do acelerado crescimento da população nas capitais, razão pela qual se determinou a seguinte linha de ação e prioridades:

<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO</b>	<b>PRIORIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS</b>
<b>ASSEGURAR O SERVIÇO DE POLÍCIA NO TERRITÓRIO NACIONAL</b>	Implementar a Direção de Segurança Cidadã Fortalecer a segurança cidadã como base fundamental da missão institucional Implementar o modelo de Vigilância Comunitária Implementar a vigilância por quadrantes nas principais cidades do país

	<p>Otimizar a proteção das áreas produtivas e infra-estrutura de vias, portos e aeroportos</p> <p>Fortalecer a polícia especial (Polícia de Menores, de Trânsito, Ambiental e Ecológica)</p> <p>Aumentar a cobertura da rede viária nacional primária</p> <p>Assumir o controle do trânsito urbano nas capitais</p>
<p><b>CONSOLIDAR UM AMBIENTE DE CONVIVÊNCIA E CONFIANÇA CIDADÃ, MEDIANTE A INTEGRAÇÃO DE COMUNIDADE, AUTORIDADES E POLÍCIA</b></p>	<p>Posicionar como política de Estado a Gestão Territorial da Segurança Cidadã, através do programa Departamentos e Municípios Seguros (DMS )</p> <p>Promover a participação efetiva da cidadania nos processos de convivência e segurança cidadã (frentes de segurança, escolas de segurança, redes comunitárias viárias, redes de apoio e comunicações, redes de apoio e solidariedade e redes de colaboradores)</p> <p>Fortalecer a ação coordenada entre polícia e vigilância privada para a melhoria dos níveis de segurança</p>
<p><b>CONSOLIDAR A AÇÃO POLICIAL PARA NEUTRALIZAR A DELINQUÊNCIA COMUM E ORGANIZADA E CONTRIBUIR PARA ELIMINAR OS GRUPOS ARMADOS ILEGAIS</b></p>	<p>Reduzir os índices de criminalidade que afetam a Segurança Cidadã</p> <p>Reduzir os índices de criminalidade que afetam a Segurança Democrática</p> <p>Planejar, desenvolver e ajustar a matriz operacional para a vigência 2007 - 2010</p>

#### 4.1.1 NO ÂMBITO RURAL

A visão de Estado que se confere ao ano 2019, segundo centenário da independência nacional, projeta um país com ênfase no aproveitamento das potencialidades do campo e com um setor agropecuário que será um motor do crescimento, o qual requer a presença ativa e permanente do Estado. Para isso, a Polícia Nacional contribuirá com a prestação de um adequado serviço nas áreas rurais, que estará dirigido à proteção da atividade agrária e à formação e consolidação do tecido social nessas comunidades, mediante um trabalho preventivo e de assistência ao camponês, desenvolvido pela Vigilância Comunitária Rural.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRIORIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS
<b>CONSOLIDAR O SERVIÇO DE POLÍCIA NAS ÁREAS RURAIS DO TERRITÓRIO NACIONAL</b>	<p>Implementar a direção dos Carabineros e Segurança Rural</p> <p>Ampliar a cobertura e consolidar o serviço de polícia em Corregedorias, Inspeções, Zonas Estratégicas, Zonas de Fronteira, Reservas e Parques Naturais</p> <p>Ampliar os grupos operacionais e especialidades que atuam em áreas rurais</p> <p>Proporcionar segurança à população camponesa</p> <p>Atender as zonas de desmobilização</p> <p>Confrontar facções criminais</p>

#### 4.1.1 CAMPOS TRANSVERSAIS DE INTERESSE QUE CONTRIBUEM PARA A SEGURANÇA URBANA E RURAL

Fortalecimento do serviço de inteligência, especialmente em nível regional, para aumentar a capacidade de coleta de informação e atender de forma mais oportuna às necessidades das Direções Operacionais e dos Comandos de Departamento.

Fortalecimento da Polícia Judiciária como fator essencial não só da luta contra a criminalidade transnacional, mas também em nível nacional, frente à implementação do novo Sistema Penal Acusatório.

Ação frontal contra o crime organizado. A Polícia Nacional mantém a liderança que lhe caracterizou nas últimas décadas na luta contra o narcotráfico. Nesse sentido, aumentam as ações contra as organizações emergentes do narcotráfico. As normas de extinção de domínio foram aplicadas de forma efetiva, mas é necessário um esforço contundente que permita afetar de maneira estrutural essa problemática e os grupos narco-terroristas que se valem dessa fonte de financiamento para seguir em conflito. E para alcançar tal intento, devem ser desenvolvidas as seguintes prioridades:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRIORIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS
<b>AÇÕES DEFINITIVAS CONTRA O NARCOTRÁFICO</b>	<p>Atacar o narcotráfico em todas as suas manifestações</p> <p>Eliminar de maneira definitiva os cultivos ilícitos.</p> <p>Destruir a infra-estrutura de laboratórios e pistas</p> <p>Incrementar as operações de interdição, erradicação e prevenção</p> <p>Atacar o comércio internacional de drogas mediante coordenação e operações transnacionais.</p> <p>Incrementar as ações de extinção de domínio aos bens oriundos do narcotráfico.</p> <p>Eliminar 100% dos estabelecimentos e locais de distribuição de drogas ilícitas em menor escala (vendedores a varejo, andarilhos e outros).</p> <p>Desmembrar as organizações dedicadas ao narcotráfico.</p>

## Notas

<sup>1</sup> Mayor CIRO CARVAJAL CARVAJAL, *La Policía Nacional en el Post- Conflicto*, artículo Revista de Criminalidad Policía Nacional de Colombia, 2004 / artigo Revista de Criminalidade. Polícia Nacional da Colômbia.

<sup>2</sup> *Autodefesas Unidas da Colômbia*

<sup>3</sup> MY. MARTHA FRANCISCA ALVAREZ BUITRAGO, MY. CIRO CARVAJAL CARVAJAL, MY. LUCY MARIELA LEMUS MURCIA, *Ensaio “Cambio Cultural de la Policía en el Postconflicto”*, Escola de Estudos Superiores de Polícia, *Especialização em segurança*, 2005.

<sup>4</sup> *Projeto Plano Estratégico Institucional 2007-2010*, Polícia Nacional.